

Fortaleza

Adler Homero Fonseca de Castro¹

O senso comum tende a ver a estrutura de arquitetura militar, que é conhecida como *fortaleza*, como algo superlativo, um grande forte. Essa é uma compreensão problemática, começando pelo aspecto epistemológico: em termos formais, não se deve fazer uma definição baseada em adjetivos, como grande, pequeno ou mediano. Essa é uma classificação subjetiva, que depende de contextos, como o entendimento de quem classifica, o período em que foi dada a denominação, o local onde foi feita a obra e assim por diante. Por exemplo, a “fortaleza de Nossa Senhora da Assunção”, no Ceará, bem tombado, mas ainda não inscrito pelo IPHAN, sempre teve esse nome – já era chamada dessa forma por frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, de 1627 (VICENTE DO SALVADOR, 1982), apesar de originalmente ter sido uma pequena construção. Um livro mais técnico, também do século XVII, diz que era “um pequeno reduto com duas peças de ferro mais para que se tivesse, com o medo delas, a obediência dos índios [...] do que para outro efeito” (COELHO, 1654), a obra era madeira, muito precária e refeita várias vezes ao longo dos anos.

Ainda hoje, a fortificação existente no Ceará, feita a partir de 1812, não pode, sequer, ser considerada um forte, por ser aberta na sua parte posterior. Na Europa havia fortificações bem mais amplas, que não eram classificadas como fortalezas: o forte de Sant’Elmo, construído em Malta em 1552, tem 50 mil metros quadrados, enquanto a atual fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, muito maior do que a obra original de 1612, tem apenas sete mil metros quadrados. No entanto, quando a construção original foi feita, no século XVII, era uma obra impressionante para as condições do Nordeste do Brasil da época, ainda mais o Ceará, uma região então de fronteira. A questão do tamanho, portanto, não deveria ser um elemento fundamental no entendimento do que era uma estrutura defensiva.

Em termos técnicos, contudo, existe um sistema classificatório de fortificações que não depende do contexto ou de avaliações subjetivas, mas sim das características das estruturas defensivas. Esta classificação técnica inclui estruturas crescentemente

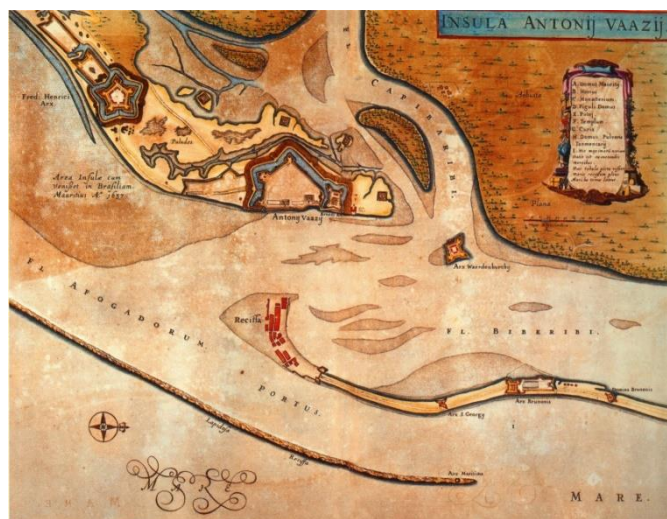
¹ Graduado em história (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

complexas, que seriam o *reduto*, a *bateria*, o *fortim*, o *forte*, a *fortaleza* e, a estrutura mais complexa de todas, a *praça forte*. Nessa escala de construções, a fortaleza é o último grau de obras defensivas de uso estritamente militar, a praça forte é uma cidade murada, ou seja, envolve o uso do local como moradia e como defesa, sendo a parte defensiva subordinada à questão urbana.

A fortaleza, estando no final da escala de construções de uso militar, tem sua definição relacionada justamente com sua complexidade: ela é uma construção fechada, isto é, com proteção por todos os lados, como um forte, mas que tem obras auxiliares de defesa, como redutos, bateria, ou mesmo fortes isolados. A fortaleza não é mais do que um forte que tem outras obras a ele subordinadas, podendo ser colocadas junto à fortificação principal ou destacadas, existindo um intervalo de terreno aberto entre a fortaleza e a posição secundária; este espaço aberto sendo defendido pelo fogo dos canhões da posição principal ou da secundária.

Considerando este último dado construtivo, pode-se dizer que as fortalezas são obras características do período histórico moderno: os castelos medievais ou fortes da Antiguidade podiam ter obras acessórias destacadas, mas isso não implicava em uma mudança de classificação da obra central, pois essas estruturas externas eram, então, raras, sendo restrita a questão defensiva, basicamente, ao circuito das muralhas do castelo ou forte. Em boa parte, a razão disso é que o alcance dos arcos e flechas não permitia que largas extensões de terreno fossem protegidas pelos disparos feitos a partir das muralhas. Com a Revolução da Artilharia, a partir do século XIV (PARKER, 1988), os sistemas de defesa começam a mudar, o alcance efetivo das novas peças de artilharia passa a ser medido em centenas de metros ao invés de dezenas. Isso tornou possível – até necessário – a construção de obras acessórias, para negar acessos, posições vantajosas a um possível inimigo ou mesmo retardar um ataque à muralha principal.

Dessa forma, algumas teorias de arquitetura militar, especialmente a partir do Barroco, começam a propor a construção de fortificações crescentemente complexas, com o uso de obras acessórias, como tenalhas (muralhas destacadas, em forma de ziguezague), redutos, obras cornas (obra destacada com dois meio baluartes) e revelins (baluarte destacado) como uma forma de obrigar um inimigo a iniciar o cerco a uma distância maior da obra central da fortaleza.



Insula Antonii Vaazii, atribuída a Cornelis Bastiaensz Golijath e publicada em 1647. Na parte superior esquerda da imagem aparece a fortaleza pentagonal das Cinco Pontas, protegida por duas obras cornas. Essas construções tinham a forma de retângulo, com dois meio baluartes apontando para a linha de avanço de um possível atacante. Mais tarde, as muralhas da povoação de Antônio Vaz (Antonij Vaazij na planta) seriam ampliadas, incorporando a fortaleza, que passou a ser uma das duas cidadelas da cidade. A fortificação das Cinco Pontas foi reconstruída pelos portugueses no final do século XVII, com uma forma diferente da ilustrada, a nova construção é que foi tombada pelo IPHAN (Processo 101-T-38, inscrita, em 24 de maio de 1938, nos livros do Tombo de Belas Artes e Histórico).

Outro tipo comum de fortaleza era a que tinha obras defensivas destacadas, normalmente para cobrir trechos descobertos de terreno: um exemplo disso é o forte da Barra Grande de Santos, na verdade, uma fortaleza, pois, como o próprio tombamento do IPHAN (Processo 441-T-50, inscrito, em 23 de abril de 1964, no Livro do Tombo Histórico) especifica, é um conjunto formado por diversas obras: o reduto do Pique, bem como o “fortim” (na verdade, uma bateria) da Praia do Góis, e o “portão Espanhol”, uma cortina e cortadura (muralhas isoladas). Eram construções que defendiam locais desprotegidos e ampliavam o campo de tiro da fortificação principal, sem outras funções, além dessas.

Essas estruturas defensivas compostas de múltiplas construções não foram muito comuns no Brasil – foram poucas as feitas no país, pois a doutrina defensiva adotada por Portugal para a Colônia não previa edificar estruturas mais complexas, o papel dissuasor das construções militares contra um eventual atacante sendo mais importante do que uma real capacidade defensiva.

A questão do papel dissuasor é muito relevante para se entender a proliferação de obras defensivas chamadas de “fortalezas” no Brasil. Por exemplo, no Guia dos Bens Tombados (POPE, 2009) são listadas nada menos do que 25 delas. Só que a maior parte das obras que tiveram esse nome não deveria ser classificada como tal, mas sim como obras menores, trincheiras, fortes, baterias e até redutos. No entanto, o elemento

psicológico e simbólico sempre foi muito importante em obras fortificadas, em determinadas ocasiões sendo até mais relevante do que o meramente utilitário. Assim, uma “fortaleza”, nem que seja apenas no nome, é mais impressionante do que um forte, no sentido de tranquilizar os moradores com o valor e a eficiência dos investimentos feitos – é o caso da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Ceará, que chegou a deixar seu nome para a capital daquele estado. O nome também tende a intimidar mais um possível atacante que não conheça a real situação da posição. Nesse sentido, é importante lembrar que a principal função de uma fortificação não é ser capaz de derrotar um inimigo. Seu papel primordial é proteger algo, e se esse objetivo for alcançado por meio da intimidação de um ataque ela terá cumprido o seu dever.

Mantendo essa forma de pensar, segunda a qual os aspectos simbólicos da construção são muito relevantes, entende-se por que o IPHAN teve entre os grupos privilegiados para tombamento as fortificações e por que muitas dessas foram chamadas de fortalezas, mesmo não o sendo: o tombamento não é uma questão de tecnologia ou meramente factual, mas sim de simbologia e de um nome, a representação de um objeto, às vezes tem mais força do que a própria coisa representada.

Fontes consultadas:

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da Guerra do Brasil*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654.

PARKER, Geoffrey. *The military revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

POPE, Zulmira et al. (Orgs.). *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009.

VICENTE DO SALVADOR, frei. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte, Itatiaia: São Paulo, EDUSP, 1982.

Como citar: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortaleza. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.